

**FACULDADE DO VALE DO JURUENA  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**HELLEN DAIANE RODRIGUES DE GOIS**

**A INSEGURANÇA DO PROFESSOR  
DIANTE DA CRIANÇA COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS  
NA SALA DE AULA**

**Juína-MT**

**2018**

**FACULDADE DO VALE DO JURUENA**

**HELLEN DAIANE RODRIGUES DE GOIS**

**A INSEGURANÇA DO PROFESSOR  
DIANTE DA CRIANÇA COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS  
NA SALA DE AULA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Faculdade AJES – Faculdade do Vale do Juruena, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, sob a orientação da Prof. Dra. Michele Campos Furlan.

**Juína-MT**

**2018**

**FACULDADE DO VALE DO JURUENA**

**LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**Linha de Pesquisa: Formação de Professores**

GOIS, Hellen Daiane Rodrigues de. **A insegurança do professor diante da criança com necessidades educacionais especiais na sala de aula.** Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – AJES – Faculdade do Vale do Juruena, Juína-MT, 2018.

**Data da defesa:** 06/12/2018

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador: Profa. Dra. Michele Campos Furlan**

---

**Membro Titular: Profa. Dra. Marileide Antunes de Oliveira**

---

**Membro Titular: Prof. Me. Albérico Cony Cavalcanti**

**Juína-MT**

**2018**

## **DECLARAÇÃO DE AUTOR**

*Eu, Hellen Daiane Rodrigues de Gois, portador da Cédula de Identidade – RG nº 2327842-0 SSP/MT, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF sob nº 057.274.261-46, DECLARO e AUTORIZO, para fins de pesquisa acadêmica, didática ou técnico-científica, que este Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado **A Insegurança do Professor Diante da Criança com Necessidades Educacionais Especiais na Sala de Aula**, pode ser parcialmente utilizado, desde que se faça referência à fonte e ao autor.*

*Autorizo, ainda, a sua publicação pela AJES, ou por quem dela receber a delegação, desde que também seja feita referência à fonte e ao autor.*

Juína-MT, 06 de dezembro de 2018.

---

Hellen Daiane Rodrigues de Gois

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Deus por ser ele meu guia e protetor, nos momentos de alegrias e de tristezas.

Aos meus familiares por sempre me apoiarem e incentivarem nas minhas decisões: a minha mãe

Edineide Rodrigues Ferreira; ao meu pai Hélio Américo de Gois; ao meu esposo Douglas Perim do Nascimento; aos meus irmãos Edilene Rodrigues de Gois, Werik Rodrigues de Gois e Wilhans Rodrigues de Gois e aos meus sobrinhos Dryka Emanuely Rodrigues Bielak, Davyd Wender Rodrigues Lopes e Jhon Nycollas Rodrigues da Silva.

Aos meus professores que não mediram esforços e que fizeram-me acreditar que serei uma profissional de sucesso.

A minha melhor amiga Ana Maria Borges de Carvalho, por compartilhar conhecimentos e momentos inesquecíveis na graduação.

A orientadora Michele Campos Furlan por me auxiliar na construção textual e por sua disponibilidade em poder me orientar no meu trabalho de conclusão de curso.

Me sinto imensamente honrada e agradecida por ser bolsista de Pedagogia do PROUNI e por ser acadêmica da Faculdade Ajes do Vale do Juruena. Graças aos meus esforços, a este programa e esta instituição, hoje vejo o futuro com outros olhos, sobretudo quando penso que poderei contribuir com o próximo e com a história de meu país.

## **DEDICATÓRIA**

A Douglas Perim do Nascimento e Edineide  
Rodrigues Ferreira.

*“A atitude de mudança é que responde à possibilidade do novo”.*  
**(CORTELLA, 2014, p. 34)**

## RESUMO

O estudo tece reflexões sobre o tema “a insegurança do professor diante da criança com necessidades educacionais especiais na sala de aula”, visando abordar como é a atuação dele dentro da escola de ensino regular e quais suas dificuldades ao lecionar para alunos com NEEs. De fato, estes alunos necessitam ser incluídos em sala de aula e a escola precisa criar possibilidades para sua adaptação e melhoria no ensino-aprendizagem; serão os professores que poderão contribuir com segurança para a educação inclusiva, utilizando de suas possíveis habilidades e competências para sua prática escolar. Desse modo, o objetivo geral é mostrar, por meio da análise das ementas da disciplina “educação e inclusão” e por meio da prática do estágio de docência a insegurança do professor em ensinar alunos com NEEs, sendo norteado pelos objetivos específicos: investigar se a formação de professores para a educação inclusiva é capaz de diminuir as dificuldades enfrentadas ao ensinar um educando com NEEs; compreender as competências e as habilidades que poderão ajudar o professor no ensino-aprendizagem de crianças com NEEs e refletir sobre as possibilidades de solucionar os problemas enfrentados na educação inclusiva. Além do mais, o presente trabalho também discorre sobre o percurso histórico do atendimento a pessoa com necessidades educacionais especiais - NEEs, comparando a educação especial dos países europeus e do Brasil com as principais leis que consolidam o acesso a alunos com NEEs no ensino regular. Este estudo justifica-se como auxílio aos graduandos, professores, corpo docente e toda a comunidade, assim como ao leitor que tenha interesse na temática. O trabalho, nada obstante as limitações, propõe acrescentar uma visão sobre a formação de professores e a prática docente em sala de aula ao ensinar alunos com NEEs. Quanto aos procedimentos metodológicos, optou-se pela pesquisa bibliográfica qualitativa, pautando-se em análise de livros, artigos, teses e revistas acadêmicas que possibilitam que o pesquisador tenha fontes seguras, escritas e estruturadas por profissionais da área. Analisando os trabalhos encontrados, foi possível concluir que a formação de professores, mesmo a inicial, quando adequada e significativa, e com a formação continuada, destacando-se em seguida a pós graduação, importante para a atuação do professor com alunos com NEEs, motivando a criatividade do aluno, a autoconfiança e preparando-o para enfrentar os desafios que emanam de uma sociedade.

**Palavras-chave:** Criança com Necessidades Educacionais Especiais; Educação Inclusiva; Formação de Professores.

## ABSTRACT

The study reflects on the theme "teacher insecurity in front of the child with special educational needs in the classroom", aiming to address how he is acting within the regular school and what its difficulties in teaching for students with SEN. In fact, these students need to be included in the classroom and the school needs to create possibilities for their adaptation and improvement in teaching-learning; will be the teachers who can safely contribute to inclusive education, using their potential skills and competencies for their school practice. In this way, the general objective is to show, through the analysis of the menus of the discipline "education and inclusion" and through the practice of the teaching stage, the teacher's insecurity in teaching students with SEN, being guided by the specific objectives: teacher education for inclusive education is able to alleviate the difficulties faced by teaching a student with SEN; understand the skills and abilities that can help the teacher in the teaching-learning of children with SEN and reflect on the possibilities to solve the problems faced in inclusive education. Moreover, the present paper also discusses the historical course of care for people with special educational needs - NEEs, comparing the special education of European countries and Brazil with the main laws that consolidate access to students with SEN in regular education. This study is justified as an aid to graduates, teachers, faculty and the whole community, as well as to the reader who has an interest in the subject. The work, despite the limitations, proposes to add a vision about teacher training and teaching practice in the classroom when teaching students with SEN. As for the methodological procedures, qualitative bibliographic research was chosen, based on an analysis of books, articles, theses and academic journals that enable the researcher to have safe sources, written and structured by professionals in the area. Analyzing the works found, it was possible to conclude that the teacher training, even the initial one, when adequate and meaningful, and with the continuous training, we highlight later the post-graduation, important for the teacher's performance with students with NEEs, motivating the creativity of the student, self-confidence and preparing him to face the challenges that emanate from a society.

**Keywords:** Child with Special Educational Needs; Inclusive education; Teacher training.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Selvagem de Aveyron .....	14
Figura 2: Painel sensorial no estilo Montessori.....	15
Figura 3: A falta de acessibilidade nos colégios regulares .....	21
Figura 4: Materiais Adaptados para alunos autistas .....	23
Figura 5: Atividades em sala de aula através da pintura .....	31

## LISTA DE SIGLAS

APAE	Associação de pais e amigos dos excepcionais
CEFAPRO	Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da
Educação Básica	
EJA	Educação de Jovens e adultos
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
SEDUC	Secretária de Estado de educação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNIC	Universidade do Estado de Mato Grosso Campus Universitário de
Sinop	

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 BREVE PERCURSO HISTÓRICO DO ATENDIMENTO Á PESSOA COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EUROPA E NO BRASIL.....</b>	<b>12</b>
<b>2 DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ESCOLA INCLUSIVA .....</b>	<b>21</b>
<b>3 A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: INSEGURANÇA AO ENSINAR ALUNOS COM NEES.....</b>	<b>26</b>
<b>3.1 ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTOS .....</b>	<b>35</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>45</b>

## INTRODUÇÃO

A educação formal de pessoas com necessidades educacionais especiais (NEEs) é de fundamental importância, pois o convívio na sala de aula com colegas e professores trará benefícios como: ser independente, participativo nas atividades e melhoria no ensino-aprendizagem, portanto, uma série de cuidados necessitam ser tomados por parte de toda a equipe escolar, principalmente pelo professor, que poderá contribuir significativamente na formação e na construção da autonomia da criança com NEEs.

O profissional precisa ter uma formação de qualidade, para chegar em sala de aula preparado para o fazer docente, tendo em mente desde a graduação que o mesmo poderá ter em sua sala de aula crianças com NEEs, que necessitam do auxílio e apoio de um profissional qualificado.

Sentir-se confiante e com domínio didático para poder atender essas pessoas é fundamental para um ensino-aprendizagem de sucesso e, que a formação docente deve contribuir para o aprendizado e para servir de experiências de modo a aplicá-las em sala de aula.

Tais cuidados requerem do professor habilidades e competências ao ensinar crianças com NEEs em sala de aula e nesse sentido, este trabalho buscou colocar em diálogo alguns teóricos e pesquisas relacionados ao assunto com intuito de dar uma pequena contribuição para professores e também a outros profissionais que buscam respostas para os questionamentos diários que emergem deste contexto social.

A presente pesquisa justifica-se porque pode servir como auxílio aos graduandos, professores, corpo docente e toda a comunidade, assim, destinado ao leitor que tenha interesse na temática. O trabalho, nada obstante as limitações, propõe acrescentar uma visão sobre a formação de professores e a prática docente em sala de aula ao ensinar alunos com NEEs. Sendo assim é importante debater sobre a temática da educação inclusiva e da formação de professores. O trabalho tem como perguntas de pesquisa: a) a formação inicial e continuada para a educação inclusiva é capaz de diminuir as dificuldades ao ensinar alunos com NEEs? b) como o professor pode ajudar no ensino-aprendizagem de crianças com NEEs? c) quais são as possibilidades de resolver os problemas desafiadores na educação inclusiva?

Deste modo, o objetivo geral é mostrar, a insegurança do professor diante do aluno com NEEs, por meio da análise das ementas da disciplina “educação e inclusão” e por meio da prática do estágio de docência, sendo norteado pelos objetivos específicos:

a) investigar se a formação de professores para a educação inclusiva é capaz de diminuir as dificuldades enfrentadas ao ensinar um educando com NEEs; b) compreender as competências e as habilidades que poderão ajudar o professor no ensino-aprendizagem de crianças com NEEs; c) refletir sobre as possibilidades de solucionar os problemas enfrentados na educação inclusiva.

Para esclarecer as questões demonstradas no referido trabalho, optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa tendo como apoio materiais bibliográficos, ou seja, análises em livros, artigos, teses e revistas acadêmicas.

A natureza da pesquisa pode ser caracterizada por documental, que tem como finalidade provocar novos conhecimentos através de abordagens teóricas, instigando o leitor à leitura e noticiando os avanços que estão por meio de uma educação diferenciada que busca a ciência como ponto de partida para verificação dos fatos.

Selecionou-se autores que estudaram sobre a temática formação de professores e educação especial, ampliando as possibilidades acerca do assunto. Tais reflexões serão feitas à luz de autores como Carvalho (2010), Foerste (2005), Mantoan (2003), Mazzotta (2011), Miranda (2003), Paulo Freire (1996), Rodrigues (2008).

Os autores selecionados acima, foram os principais contribuintes para a análise, corroborando a atuação do professor ao ensinar alunos com NEEs. Os demais autores foram citados face a colaboração sobre a temática. Para esta pesquisa, será analisado o PPC do curso de pedagogia pelo fato de ser o que mais tem contato direto e indireto com alunos com NEEs do município de Juína-MT.

A disciplina que será analisada é “educação e inclusão” que inclui muito pouco trabalho prático. Para esta pesquisa, foram selecionadas 4 instituições de Ensino Superior (IES) a Ajes- Faculdade do Vale do Juruena, Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Universidade do Estado de Mato Grosso Campus Universitário de Sinop, UNIC – Universidade de Cuiabá Mato Grosso, pelo fato de serem as faculdades que possuem curso de pedagogia presencial no estado do MT, objeto de estudo desta monografia.

Em um segundo momento, será feito um relato de experiência de estágio da própria pesquisadora, com o intuito de refletir sobre a prática docente a partir de experiência particular evidenciando a insegurança do professor diante de alunos com NEEs.

# **1 BREVE PERCURSO HISTÓRICO DO ATENDIMENTO Á PESSOA COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EUROPA E NO BRASIL**

A educação especial é voltada para o atendimento de crianças e adolescentes com NEEs, de preferência em escolas regulares de ensino, ou mesmo em ambientes educacionais especializados, por exemplo, escolas para surdo-mudo, escolas para alunos cegos, ou para acolher pessoas com necessidades especiais intelectual. Dessa forma, a escola precisa criar para o aluno com NEEs, um ambiente escolar que trará oportunidade de vivenciar com o professor e colegas de turma, adquirir novos aprendizados e ultrapassar as barreiras de suas limitações (BERETA e VIANA, 2014).

Rever a definição e olhar o passado possibilita repensar e agir de forma diferente com os demais, pois suscita um enfrentamento da realidade e novas reflexões acerca do assunto. Desse modo, é possível que ocorram melhorias significativas no sistema educacional e na sociedade, principalmente no convívio com a pessoa com NEEs<sup>1</sup>.

O atendimento à pessoa com NEEs teve início na Europa e posteriormente ampliando-se para outros países como Estados Unidos, Canadá e, em consequente, o Brasil. A educação especial brasileira, não recebeu apenas influências da Europa, pois registra-se também influências de pensadores norte-americanos, que analisaram os mais diferentes tipos de NEEs. Na atualidade, o estudo sobre a pessoa com NEEs vem sendo desenvolvido com mais autonomia e por pesquisadores de todo o mundo (BARBOSA, 2013).

Em meados do século XIX, na Europa, a cultura e os documentos que já existiam na sociedade fizeram com que àqueles países fossem os primeiros a estudar a pessoa com deficiência, pois muitas crianças eram abandonadas nas ruas ou em conventos, ou morriam de frio e de falta de alimentação ou mesmo eram comidas por cães (RODRIGUES, 2008). Em meados do século XVI, na Europa, os primeiros estudiosos a estudar sobre as NEEs mentais e físicas foram Teofrasto Paracelso sendo ele médico e o Girolamo Cardano, filósofo da época. Portanto, quem iniciou os trabalhos sobre NEEs, foi Teofrasto Paracelso que estudou sobre as doenças que coíbem o homem da razão, e assim denominando a anormalidade de problemas neurais e de

---

<sup>1</sup> De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001, p. 33): “Todos os alunos, em determinado momento de sua vida escolar, podem apresentar necessidades educacionais, e seus professores, em geral, conhecem diferentes estratégias para dar respostas a elas. No entanto, existem necessidades educacionais que requerem, da escola, uma série de recursos e apoios de caráter mais especializado, que proporcionem ao aluno meios para acesso ao currículo. Essas são as chamadas necessidades educacionais especiais”.

doença mental. Logo depois, Cardano percebeu que esses diagnósticos se tratavam de problemas de saúde, e dessa forma, o filósofo se preocupou em como esses indivíduos iriam aprender a ler e a escrever, como eles poderiam ter uma educação formal e um adequado ensino-aprendizagem (RODRIGUES, 2008).

Por esta razão, possibilitou o início dos estudos referente as NEEs propiciando um novo olhar sobre o tema. E dessa forma, a saúde ganhou espaço e as pessoas com NEEs se tornou objeto de estudo da educação especial.

Desde que a educação especial passou a ser estudada e analisada, o conceito sobre o tema vem se modificando e evoluindo através dos tempos. Édouard Séguin, Jean Marc Itard e Maria Montessori, são exemplos de pesquisadores que impulsionaram os estudos sobre a pessoa com NEEs e buscaram saber se a deficiência era uma herança genética ou uma maldição<sup>2</sup>, como era vista por algumas sociedades.

O médico Édouard Séguin- (1812-1880) foi um dos contribuintes para a educação especial, cuja influência da medicina fez com que descobrisse a avanço no ensino-aprendizado das pessoas com NEEs. Esta descoberta se efetivou quando Séguin percebeu que o trabalho simultâneo da pedagogia e da medicina contribuía para que as pessoas com NEEs pudessem interagir e aprender através das brincadeiras que utilizavam o movimento, como exemplo: música, dança, teatros e outros métodos eficazes para o aprimoramento do educar (LANCILLOTTI, 2012).

Segundo SANTOS (2012) as propostas do ensino pedagógico que foram utilizadas nas escolas que eram vinculadas aos hospitais continham mais tratamento terapêutico, dando valor aos sentidos, sendo as atividades exploradas com base nos estudos de Séguin. As pessoas com NEEs tinham que receber o diagnóstico apenas pelos médicos, por serem eles os únicos a estudarem sobre o assunto e, além disso, a educação era ministrada pelos doutores com o auxílio dos pedagogos.

O médico, pedagogo e antecessor da educação especial Jean Marc Itard- (1774-1838), no início do século XIX, inspirou-se em técnicas e métodos para desenvolver a educação de um menino que sobrevivia na selva. Ao resgatá-lo, a princípio, o médico o denominou de selvagem de Aveyron, e posteriormente colocou-lhe o nome de Vitor. Itard foi o primeiro a usar procedimentos criados por ele mesmo e, a devida educação,

---

<sup>2</sup> Segundo FIGUEIRA (2011, p. 04), sobre as pessoas indígenas com NEEs na antiguidade: “[...] quando nascia uma criança com deformidades físicas. Ao nascerem, eram imediatamente rejeitadas, acreditando-se que trariam maldição para a tribo. Uma das formas de se livrar delas era abandonar os recém-nascidos nas matas ou atirá-los de montanhas e, nas atitudes mais radicais, sacrificá-los nos chamados rituais de purificação. Eram raríssimos os “aleijados” e pessoas com deformações de origem traumática”.

fez com que o menino, que era tido como “idiota” por outros especialistas, a partir de alguns meses de aprendizado, se tornasse inteligente dentro da sociedade (MIRANDA, 2003).

O filme o garoto selvagem que teve seu lançamento em 1970, conta a história de um menino abandonado pelos pais no bosque da França. O garoto convivia com lobos, aparentava ter entre uns 10 ou 12 anos, não andava não falava e era incapaz de escrever. Foi encaminhado para Paris e lá recebeu os cuidados do médico Itard, o qual tinha como objetivo educa-lo e ensiná-lo a conviver no meio social. A educação do menino selvagem referente à fala não teve muito sucesso, mas Itard ensinou Vitor a andar (como mostra a Figura 1) e a desenvolver habilidades na formação de palavras.

Figura 1: Selvagem de Aveyron



Fonte: <<http://www.millon-associes.com/>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

A educação de Vitor foi desafiadora, pois ele apresentava a possibilidade de ter algum tipo de NEEs, além de trazer consigo seu modo isolado de vida, dificultando assim seu ensino-aprendizado (PEREIRA e GALUCH, 2012). As pesquisas pedagógicas de Itard e Séguin motivaram a pesquisadora italiana Maria Montessori a estudar sobre as crianças com NEEs.

Mais adiante, dando sequência às ideias de Itard e de Séguin, Maria Montessori, contribuiu com o surgimento e evolução da educação especial. Médica e pedagoga, desenvolveu o método denominado de montessoriana, que consistia na interação da criança e na sua assimilação com objetos e o ambiente no qual o ensino estava acontecendo. O trabalho foi desenvolvido com crianças da educação infantil e pré-escola, trabalhando os cuidados corporais e no aprendizado dos sentidos (HORN, 2007).

As crianças estudadas aprenderam a partir de materiais manipuláveis (brinquedos coloridos e de diversos formatos), fazendo com que a criança interagisse com os objetos em um ambiente cheio de harmonia.

A médica e pedagoga Montessori utilizava métodos eficazes que facilitava o acesso da criança com o objeto e a interação com os colegas da sala de aula, havendo igualmente a inclusão. A criança ao interagir sozinha com o objeto obterá erros e acertos estimulando seus 5 sentidos: Visão, olfato, audição, paladar e tato (HORN, 2007). Um exemplo de material sensorial do método de Montessori pode-se ser observado na figura 2.

Figura 2: Painel sensorial no estilo Montessori



Fonte: < <http://www.criandocomapego.com/>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

A criança seria estimulada pelos objetos com formas geométricas e cores diversas, tendo como principais fundamentos a construção de sua autonomia e criatividade. Este método sensorial inicialmente foi realizado com crianças com NEEs e em seguida colocado em prática pelas crianças sem NEEs.

Enquanto no Brasil a pesquisa sobre a educação especial só teria início a partir da chamada roda de expostos<sup>3</sup> criadas em Salvador e Rio de Janeiro, no século XVIII e logo após em São Paulo no século XIX, assim, houve a criação de instituições para essas crianças que eram cuidadas por religiosas (RODRIGUES, 2008).

---

<sup>3</sup> “O nome Roda - dado por extensão à casa dos expostos- provém do dispositivo de madeira onde se depositava o bebê. De forma cilíndrica e com uma divisória no meio, esse dispositivo era fixado no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior da parte externa, o expositor colocava a criança que enjeitava, girava a Roda e puxava um cordão com uma sineta para avisar à vigilante – ou Rodeira que um bebê acabara de ser abandonado, retirando-se furtivamente do local, sem ser reconhecido”. (MARCÍLIO, 1998, p. 57).

De fato, a roda de expostos não conseguia atender a todos, pois existiam poucas rodas para muitos que precisavam, por isso, os que não eram acolhidos pelas instituições das rodas ficavam os cuidados legais das câmaras das cidades. Mas, em decorrência de muitas mortes nas rodas de expostos, foram criadas instituições, asilos ou orfanatos para abrigar estes órfãos e, assim, a roda de expostos foi desaparecendo do Brasil (MARCÍLIO, 1998).

A partir desses estudos e interesses de pesquisadores da área da educação especial, na segunda metade do século XX, depois de muitas lutas e reivindicações feitas por profissionais da educação e pais de alunos com NEEs, teve início internacionalmente, planos de ações como a Declaração Mundial sobre a Educação para todos (Conferência de Jomtien em 1990) e em seguida a Declaração de Salamanca na Espanha em 1994. Sendo os dois principais acontecimentos Europeus beneficiando a educação especial (BARBOSA, 2013).

A Declaração Mundial sobre a Educação para todos no seu Art. 1, busca suprir as necessidades básicas de aprendizagem de crianças, jovens e adultos, como está descrito no documento.

Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo. (UNESCO, DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE A EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990).

A Declaração de Salamanca, de 1994, em seu Art. 2, que tem como foco os princípios, políticas e as práticas na educação especial inclusiva, afirma que “toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem [...]” (BRASIL, MEC, 1994). Dessa maneira, as crianças têm como oportunidade o ingresso nas escolas, recebendo o mesmo nível de educação dos demais colegas de turmas independentemente das suas dificuldades individuais.

Ao longo da história da educação especial no Brasil, houve várias tentativas de ensinar pessoas com NEEs e somente depois de passado muito tempo e com implemento de leis é que vieram as conquistas e houve a necessidade de formar

professores para ensinar esse público. Pessoas com NEEs não eram aceitas perante a sociedade, chegando a ponto de haver exclusão<sup>4</sup> dentro da sala de aula no qual as crianças eram isoladas das atividades e das interações entre professor e aluno e também fora do ambiente escolar, evidenciando assim a necessidade de criar intervenções para que essas crianças fossem incluídas no meio educacional.

O direito da pessoa com NEEs de frequentar escola é um ganho muito recente, já que o atendimento de pessoas com NEEs era realizado em ensino especializado em instituições ou escolas voltadas para este fim, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva caracteriza a educação especial como uma modalidade de ensino para os alunos do ensino fundamental até o ensino superior, e que tem como objetivo fazer atendimento especializado, identificando, organizando e eliminando as barreiras para a participação ativa dos alunos, disponibilizando os recursos e também os serviços, orientando os gestores para sua utilização e aprendizagem no ensino regular (BRASIL, MEC, 2008).

As primeiras escolas e ou instituições inclusivas iniciaram no período imperial, em 12 de setembro de 1854, a partir do Decreto de número 1.428, quando foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos<sup>5</sup>, hoje denominado de Instituto Benjamin Constant e, em seguida, fundado o Instituto dos Surdos Mudos em, 1857, atualmente designado de Instituto Nacional de Educação de Surdos, ambos localizados no Rio de Janeiro (MAZZOTTA, 2011).

Posteriormente, no ano de 1926, houve a criação do Instituto Pestalozzi<sup>6</sup> denominado de Internato, especializado em fazer o acolhimento de crianças com deficiência mental, que foi implantado como um curso de especialização da área de

---

<sup>4</sup> Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) Relata que A exclusão escolar de crianças e adolescentes não é algo recente, desde 2005 há muitos fora do ambiente escolar, sendo que estes são de classes vulneráveis que também são privados de outros direitos legais, mais portanto para combater a exclusão é necessário criar intervenções que façam com que esses meninos e meninas possam frequentar a sala de aula (UNICEF, 2017).

<sup>5</sup> Criado em 1854, pelo decreto n. 1.428, de 12 de setembro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos tinha por atribuição ministrar a instrução primária e alguns ramos da secundária, educação moral e religiosa, ensino de música, bem como ofícios fabris. A autorização para o governo imperial despender verbas para a criação do instituto foi conferida pelo decreto n. 781, de 10 de setembro de 1854. (Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php>> Acesso em: 30 ago. 2018).

<sup>6</sup> Instituto Pestalozzi: “A Escola de Educação Especial Instituto Pestalozzi oferece atendimento pedagógico especializado a crianças, adolescentes e jovens com deficiência mental de leve à moderada. A proposta de ensino nasceu dos moldes do pensamento da pedagogia social do educador suíço João Henrique Pestalozzi (século XVII – França) [...]”. (Disponível em: <<http://www.pestalozzi-canoas.org.br/educacao-escolar.php>> Acesso em: 01 set. 2018).

pedagogia, para contribuir no desenvolvimento mental ou físico do aluno. O ensino educacional do Instituto Pestalozzi era em instituições especializadas e oferecia educação profissionalizante para os alunos com NEEs. Este tipo de ensino fazia com que os alunos com NEEs, pudessem interagir com os demais e realizar cursos de acordo com sua capacidade cognitiva e motora (MAZZOTTA, 2011).

O Instituto Pestalozzi foi criado com as propostas de ensino de Johann Heinrich Pestalozzi, educador suíço e interessado no ensino-aprendizagem de crianças com NEEs. Pestalozzi buscava criar métodos para ensinar de uma forma diversificada às crianças, um deles, era o cultivo do amor que para Pestalozzi seria a chave que abriria os caminhos do aprendizado, fazendo com que todos da sala de aula fossem uma grande família, buscando os princípios da liberdade, da bondade do ser e da personalidade de cada um (ARAÚJO, 2011).

Pode-se perceber que o Instituto Pestalozzi é um dos marcos da educação especial e na luta do ensino de crianças com NEEs e cultivava até hoje essa finalidade, valorizando o aluno como pessoa que está em desenvolvimento constante no meio social. Pestalozzi foi um dos primeiros da pedagogia moderna, influenciando profundamente todas as correntes educacionais, fundando escolas, cativava a todos para a causa de uma educação capaz de alcançar o povo, num tempo em que o ensino era um privilégio exclusivo. Ele, com os horrores da 2ª Grande Guerra, criou o “método Pestalozzi”, realmente onde a amorosidade disponibiliza-se para atendimento aos órfãos de guerra e aos doentes. Mobiliza-se para a formação do ser humano integralmente, destacando, entre as dimensões educacionais, a formação moral.

Já na metade do século XX, sobretudo em 1954, foi fundado no Rio de Janeiro a associação de pais e amigos dos excepcionais (APAIE), tendo como principal objetivo o cuidar das necessidades dos alunos com NEE, mantendo-se com esse propósito até hoje.

No ano de 1961, é promulgada a primeira lei da educação a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN de nº 4.024/61, que visa a educação no ensino regular para pessoas com NEEs, em que as instituições especializadas não eram mais responsáveis pelo aprendizado do aluno, passando assim para o poder público encaminhá-los para a escola e oferecer bolsas de estudos com o auxílio de iniciativas privadas (MEC, 2008).

A Lei nº 5.692/71, modifica a LDBEN de 1961 ao decidir que o “tratamento especial” deve ser possibilitado aos estudantes que demonstram algum tipo de NEEs,

tanto físicas quanto mentais, alunos atrasados por idade e os de altas habilidades. Esta lei é fundamentada no ensino de 1º e 2º grau, havendo, dessa forma, um retrocesso significativo pois acabam reforçando a educação para os alunos com NEEs em classes especiais e assim não criando políticas de ensino para os alunos com altas habilidade/superdotados, alunos com NEEs e transtornos globais do desenvolvimento.

Com o fortalecimento das organizações não - governamentais na década de 70, houve a criação do Centro Nacional de Educação Especial – CENESP– em 1973, sendo responsável por administrar a educação especial no país, impulsionando assim as ações educacionais para as pessoas com NEEs e altas habilidade, mas, de fato, ainda coordenadas por campanhas assistenciais e ações do Estado. Em 1986 o CENESP passa a ser a secretaria de Educação Especial – SESP, sendo órgão superior do Ministério da Educação (BRASIL, MEC, Educação Especial, 2002).

Apesar de inclui-los no ensino regular, as políticas apresentadas para a educação especial não organizaram adequadamente os atendimentos especializados para suprir as necessidades individuais de cada aluno com superdotação.

Em 5 de outubro de 1988 é sancionada a Constituição Federal, que tem como objetivo em seu Art. 3º, inciso IV “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” art. 3º. A única lei que garante o acesso de todos à educação, e que garante exercer a cidadania e o respeito à dignidade para toda a sociedade. No Art. 205º da Constituição Federal se refere a educação para todos: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Em 13 de julho de 1990 é criado o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº. 8.069/90, que busca a proteção absoluta da criança e do adolescente. O Art. 55, determina que "os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”, oportunizando a todas as crianças e adolescentes de poder frequentar o ensino regular e ter seus direitos garantidos como cidadãos perante a sociedade.

Em seguida, no ano de 1994, é divulgada a Política Nacional de educação Especial que tem como fundamento acompanhar os avanços da ciência e das lutas

sociais, em busca de criar políticas públicas para desenvolver uma educação de qualidade para todos.

A LDB de número 9394/96, em seu Art. 2º destaca que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, LEI de DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, 1996).

O diploma legal estabeleceu que todas as crianças tenham o direito de serem cidadãs, que participem ativamente da sociedade, que sejam autônomas para que possam escolher o que querem ser no futuro, tendo oportunidade de trabalhar e estudar. A criança com NEEs não é diferente das demais, pois necessita estar ativa na sociedade, tendo direitos e deveres sem discriminação ou preconceito.

A educação especial, na atual LDB, desenvolveu significativo avanço, como o direito do estudante no ambiente escolar do ensino regular, podendo estudar nos níveis, Fundamental I e II, Ensino Médio e até mesmo oportunidade de frequentar o Ensino Superior. Desse modo, é necessário que as escolas incluam esses alunos nas práticas pedagógicas e nas construções de planos e projetos para melhoria do ensino. Tais cuidados requerem flexibilidade para que não haja o esquecimento e exclusão dos alunos com NEEs dentro das propostas pedagógicas das escolas.

Dessa forma, a escola necessita organizar-se antes de receber os alunos com NEEs em sala de aula, adequar o ambiente de acordo com as necessidades de cada estudante, fazendo com que tenha uma educação digna e de qualidade, respeitando as diversidades e trabalhando de forma igualitária, para que haja uma boa convivência.

Faz-se necessário, a partir destes pressupostos, falar sobre as escolas inclusivas que buscam inovação nas práticas pedagógicas e trabalham com as possibilidades de sanar os desafios para que possam ter uma educação inclusiva dentro do ambiente escolar. Salienta-se a importância da acessibilidade física facilitando o melhor desenvolvimento dos alunos, e sua autonomia, causas estas, que farão a diferença no ensino-aprendizado.

## 2 DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ESCOLA INCLUSIVA

A escola inclusiva conceitua-se como aquela que aceita todos alunos sem discriminação, respeitando seus potenciais e necessidades individuais, acolhendo-os em um ambiente favorável e com profissionais qualificados para melhor aprendizado do aluno (MEC, 2005).

Na concepção de MANTOAN (2003) a inclusão é fruto da educação plural, igualitária e transgressora tendo em vista que uma crise de identidade institucional é capaz de abalar a identidade do professor e atribuir um novo significado à identidade do aluno.

Por certo a escola inclusiva é capaz de remover barreiras para o aprendizado, atendendo assim as necessidades e os anseios dos alunos com NEEs, de forma que a escola se organize e planeje para recebe-los (ZOLIN, 2012). Para que isso aconteça, é necessário a participação de todos nesse processo: coordenação, direção, professores, pais e comunidade.

A escola enfrenta desafios constantes para a realização de sua prática pedagógica, algumas delas é a precariedade na estrutura arquitetônica e sem espaço físico acessível às necessidades dos alunos. De fato, o ambiente adaptado é imprescindível para que a inclusão aconteça no ambiente escolar, garantindo o acesso de todos os estudantes, facilitando sua autonomia e proteção na prática escolar (LOPES e CAPELLINI, 2015).

Figura 3: A falta de acessibilidade nos colégios regulares



Fonte: <<https://www.gazetadopovo.com.br/>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

A acessibilidade física das escolas, ainda são precárias existindo, na atualidade, a falta de acessibilidade nos banheiros sanitários, bebedouros, portas, rampas e sala de aula, sem a possibilidade de incluir um aluno com NEEs.

“O que se busca no dia a dia é a construção de uma escola totalmente acessível, livre de toda e qualquer barreira que impeça não apenas as pessoas com deficiência física de circular por todos os espaços oferecidos pela escola [...]” (AGUIAR, 2014, p.58). Os alunos com NEEs se sentem impotentes e inferiores aos demais colegas por não poderem utilizar o espaço da escola sem a ajuda de outras pessoas, principalmente se tratando dos cadeirantes e pessoas cegas, que são impedidos pelas escadas, bebedouros altos, salas com portas pequenas, mesas para acomodar as cadeiras de rodas e falta de piso tátil, dentre outros, que prejudicam sua autonomia no ambiente escolar.

A escola, para receber um aluno com NEEs e oferecer a ele um ensino de qualidade também precisa ter como norteador o Projeto Político Pedagógico (PPP)<sup>7</sup> que, no papel faz com que a inclusão aconteça. É necessário que este documento seja colocado em prática pela escola, que também deve mantê-lo atualizado e segui-lo.

O PPP da escola não é somente algo feito e arquivado ou mesmo enviado as autoridades competentes da educação como cumprimento das normas e ou obrigação, é preciso que a escola o utilize como norteador de seu processo educativo escolar (VEIGA, 2000). Por isso, sua elaboração necessita ser construído coletivamente, tendo também a participação de toda a comunidade escolar, trazendo ideias para a criação de ambientes participativos, organização da escola, exigindo métodos eficazes para que o aprendizado aconteça, não pensando apenas na escola da atualidade mais sim criando possibilidades conjunta para uma ensino de qualidade futuro pensando no aprendizado do aluno (GIUNTA, 2008).

Para que a educação inclusiva aconteça, é necessário que a escola utilize o PPP para norteá-los e direcionar a prática pedagógica, afim de contribuir para uma educação inclusiva e garantir o direito de todos a um ensino de qualidade, com a participação ativa da comunidade mostrando que a escola não é um órgão isolado na construção de projetos, que juntos todos podem fazer com que a escola seja um espaço de transformação para os alunos.

---

<sup>7</sup> “O Projeto Político Pedagógico pode ser um instrumento capaz de promover mudanças organizacionais significativas, ao integrar a comunidade educativa em torno de soluções co-participativas para os conflitos e necessidades da realidade educacional, em torno da efetivação da função social da escola” (SANTOS, 2009, p. 26).

Outro desafio que é notável nas escolas regulares é a falta de recursos materiais para ensinar a todos os alunos. E aos estudantes com NEEs é primordial o uso de equipamentos e material pedagógico para sanar as dificuldades de aprendizagem de cada aluno. De fato, os profissionais da educação, principalmente os professores, utilizam em sua sala de aula materiais adaptados que são confeccionados pelos próprios profissionais usando materiais recicláveis e, entre outros, para auxiliar nas necessidades dos alunos, aproveitando o pouco recurso que a escola possui (MANZINI e DELIBERATO, 2006).

Um exemplo de material adaptado pode ser visto na figura 4, que mostra tampinhas de garrafas PET que irão auxiliar o aluno na coordenação motora a autonomia e, exigindo a sua concentração no ensino de matemática.

Figura 4: Materiais Adaptados para alunos autistas



Fonte: <<https://diariodovale.com.br/>>. Acesso em: 05 set. 2018.

Essas barreiras podem ser superadas com a criatividade do professor, inovando suas aulas e adaptando-as para as necessidades de todos os alunos. Os professores utilizam o pouco recurso que a escola possui para ensinar seus alunos, porém, ainda existem aqueles que não aparentam ter interesse em inovar suas aulas, que continuam sendo um professor tradicional, que espera recursos governamentais para poder apenas transmitir seus conhecimentos (CARVALHO, 2010).

No entanto, os estudos apontam para as possibilidades de inclusão e integração dos alunos com NEEs, o direito a uma educação de qualidade, onde o estudante possa ter sua autonomia garantida por lei e que haja a diminuição dos desafios enfrentados no ambiente escolar, visto que os materiais adaptados são uma alternativa de promover o processo de ensino-aprendizagem, mesmo com a escassez de recursos que a escola tem a fornecer.

Para superar os desafios, é necessário deixar de lado o ensino tradicional em que as escolas atuais estão assentadas. Pensando no aprendizado do aluno, transformando-as em escolas abertas para a aprendizagem, garantindo a acessibilidade em toda a esfera educacional, não pensando apenas em alguns alunos, mas sim em todos enquanto indivíduos em fase de desenvolvimento e com dificuldades particulares a serem superadas (CARVALHO, 2010).

Além da acessibilidade, outros desafios enfrentados pela escola são a falta de transporte adaptado, acompanhamento médico e entre outros que dificultam o aprendizado do aluno:

Deste modo, destacam-se: dificuldades de infraestrutura e acesso a materiais e recursos adequados para atender às necessidades educacionais que são muito específicas para estes alunos [...]; problemas relacionados ao transporte adaptado público e/ou escolar para que os educandos cheguem à instituição de ensino; falta de articulação do sistema educacional com o sistema de saúde, uma vez que, muitos alunos com essas deficiências, necessitam de acompanhamento clínico e terapêutico constantes o que não havendo, prejudica não somente a sua escolarização, bem como na qualidade de vida dos mesmos; necessidade de conhecimentos específicos dos professores para efetivar atividades pedagógicas que promovam o desenvolvimento desses alunos (MAGALHÃES, ROCHA e PLETSCH, 2013, p. 3714).

Como vemos, os desafios são muitos, porém para que a inclusão se realize é necessário superar esses desafios. Outro ponto também é com relação ao número excessivo de alunos por turma, dificuldade comum que as escolas brasileiras vêm enfrentando. A superlotação nas salas pode impossibilitar o professor de ministrar sua aula com eficácia, e também deixando a desejar o aprendizado dos alunos com NEEs e os demais da sala, por não conseguir cumprir com um ensino de qualidade para todos os alunos. “[...] a maior parte das salas tem, atualmente, mais de quarenta alunos, enquanto trinta seria o número aconselhado por instituições internacionais, como a Unesco” (DIEGUEZ, 2007, p. 111).

A Câmara dos deputados aprovou um projeto de Lei nº 597/2007 que tem como objetivo limitar a quantidade de estudantes por professor na educação básica, dando como sugestão que as classes do Ensino Médio e principalmente o 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, apresentassem, no máximo 35 estudantes (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2009).

No entanto, atualmente, a realidade das escolas públicas são outras: as salas de aulas contêm de 35 a 50 alunos por turma, dificultando a qualidade no ensino e dificilmente irá garantir bons resultados na aprendizagem dos alunos. As turmas

menores possibilitam que o professor possa desenvolver suas atividades e auxiliar o aluno a enfrentar suas dificuldades. Ao tratarmos do ensino de alunos com NEEs nas salas superlotadas, é evidente que a sua exclusão se torne mais acentuada dentro do ambiente escolar, até porque o professor não consegue, sozinho, atender individualmente 50 alunos de forma satisfatória, e mesmo que fossem menos não seria possível ofertar condições satisfatórias para o aprendizado de alunos com NEEs.

Artioli (2006) destaca que os professores em sua maioria não conseguem ensinar alunos com NEEs em salas superlotadas. Pois, para se trabalhar bem, é necessário ter boas condições materiais e predial que auxilia o professor na prática escolar, no qual o aluno irá se sentir incluso na sala de aula. De fato, não é o que acontece atualmente, pois os alunos com NEEs se sentem desacolhidos pela escola, e eles também precisam de acompanhamento específico, mas não é ofertado. Sendo, portanto, necessário criar adaptações no PPP da instituição no qual limitasse o número de alunos por sala, fazendo assim com que os professores consigam trabalhar com todos os alunos sem nenhuma diferença.

Outro desafio evidente que a escola tem que enfrentar constantemente é referente a desvalorização dos profissionais da educação ao ser oferecido a eles baixos salários e uma árdua jornada de trabalho, ocasionando elevados níveis de estresse e desinteresse pela profissão. O professor ao se sentir desmotivado, faz com que seus alunos também percam o interesse de estudar, ocasionando assim, possível evasão no ensino. Nesse sentido, o docente necessita ser ouvido pelos governantes, fazendo com que possa ser criado planos de carreiras para todos profissionais, melhorando, portanto, os salários e diminuindo a carga horária excessiva de trabalho.

Nota-se que os desafios que giram em torno das escolas atuais são muitos, e que precisam ser repensados e transformados em possíveis possibilidades de avanços a serem alcançados, para que a inclusão possa ser efetivada. A melhoria no ensino irá possibilitar que alunos com NEEs possam ter seus direitos assegurados por lei, recebendo um ensino de qualidade, o que facilitará o desenvolvimento do estudante com NEEs e sua interação com todos dentro do ambiente escolar.

No próximo capítulo, discutir-se-á sobre a formação de professores e a insegurança ao ensinar alunos com NEEs.

### **3 A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: insegurança ao ensinar alunos com NEEs**

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pela Resolução Nº 2, de 1º de Julho de 2015, em seu capítulo IV da Formação Inicial do Magistério da Educação Básica em Nível Superior, destaca que: “A formação inicial para o exercício da docência e da gestão na educação básica implica a formação em nível superior adequada à área de conhecimento e às etapas de atuação” (BRASIL, MEC, Diretrizes Curriculares Nacionais, 2015).

No Art. 9º destaca sobre os cursos de formação inicial no ensino superior, sendo eles: “I - cursos de graduação de licenciatura; II - cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados; III - cursos de segunda licenciatura” (BRASIL, MEC, Diretrizes Curriculares Nacionais, 2015).

A formação continuada é compreendida como um processo permanente dos saberes, imprescindível à prática do fazer docente, sendo realizado logo após a formação inicial, tendo como principal objetivo garantir um ensino de qualidade aos estudantes (CHIMENTÃO, 2009). É necessário que o profissional alie a formação inicial e a continuada para auxiliá-lo na teoria e prática em sala de aula, estando conectado aos avanços constantes.

Na Instituição de Ensino Superior, todos os cursos possuem, como norteador, o Projeto Pedagógico de Curso – PPC, sendo este documento a identidade do curso, entendida também, como o instrumento de ensino e aprendizagem, portanto, o PPC é um documento único, que deve ser seguido e elaborado por cada curso de formação (AJES, 2009).

Nas instituições superiores o curso de pedagogia traz consigo em seu PPC a ementa das disciplinas e as matérias em que o curso contempla para a área de educação especial, em que é necessário analisarmos mais sobre as disciplinas ofertadas para este curso, para que possamos perceber se o acadêmico de pedagogia, ao final do curso, está preparado ou não para atuar em sala de aula com alunos com NEEs.

Os cursos de pedagogia, normalmente compreendem, em suas grades, as matérias de Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Inclusiva, Libras - Linguagem Brasileira de Sinais e Educação e Inclusão, que falam de assuntos sobre a história da educação especial no Brasil as legislações que tratam sobre o tema, trazendo como foco a cidadania e a análise dos direitos humanos, os princípios políticos,

filosóficos da educação, tendo como principal objetivo de aprendizado o processo de inclusão escolar.

As instituições de ensino superior (IES) pesquisadas para análise das ementas foram a Ajes- Faculdade do Vale do Juruena, Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Universidade do Estado de Mato Grosso Campus Universitário de Sinop, UNIC – Universidade de Cuiabá Mato Grosso.

Nas IES estudadas apenas a Faculdade Ajes do Vale do Juruena oferta a disciplina de “Educação e Inclusão” na qual a carga horária é de 40 horas. Nas demais IES as disciplinas ofertadas são de Libras e Fundamentos Teóricos e Metodológicos da educação Inclusiva. É importante destacar que a disciplina de educação e inclusão tem como foco o ensino da didática, para que o estudante de pedagogia esteja preparado para atuar em sala de aula ao ensinar alunos com NEEs, facilitando o preparo de atividades lúdicas e que instigue o aluno com NEEs para o processo de ensino-aprendizagem.

A faculdade Ajes do Vale do Juruena, traz na sua ementa a disciplina de educação e inclusão, tópicos que abordam sobre o estigma e o preconceito, a dinâmica das relações familiares, a sexualidade e o indivíduo com NEEs, a formação da identidade do deficiente, o papel da escola na socialização do aluno com NEEs, a construção da cidadania, panorama nacional e internacional sobre a deficiência, a adaptação de materiais para cada necessidade e as tecnologias adaptadas, percebe-se que não existe aulas práticas para essa disciplina.

Diferentemente da faculdade Ajes do Vale do Juruena, nas demais IES não constam em suas ementas a disciplina de educação e inclusão, mas é ofertado a disciplina de libras e fundamentos teóricos e metodológicos da educação inclusiva, na qual é estudado somente a teoria sem ser levado o estudante de pedagogia a prática, para conhecer a realidade das escolas ou mesmo planejar atividades voltada para a educação especial.

Na Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, a ementa da disciplina de Fundamentos teóricos e metodológicos da educação inclusiva aborda temas que constitui os tópicos que retrata sobre: a história da educação especial, as representações sociais que é abordada sobre a deficiência, as leis sobre a educação especial e a importância da família no ensino-aprendizado do aluno com NEEs. Portanto não há o aprofundamento da disciplina, pois o estudante de pedagogia apenas aprende os temas

básicos a ser trabalhado na disciplina. De fato, o mesmo acontece na Universidade do Estado de Mato Grosso Campus Universitário de Sinop e na Universidade de Cuiabá Mato Grosso, na qual o acadêmico de pedagogia no decorrer de sua formação inicial não tem disciplinas voltadas para a educação especial em que ele possa aprender na prática e também a criar atividades lúdicas e didáticas para o aluno com NEEs.

No que diz respeito aos estágios nas IES a UFMT, a Universidade de Sinop e UNIC, não ofertam o estágio supervisionado na modalidade educação especial, sendo que é imprescindível para a formação dos estudantes de pedagogia, pois eles deveriam ter em seu curso o estágio na área de educação especial.

Por outro lado, a IES Ajes, oferta o estágio supervisionado na “Educação Especial”, nas modalidades Educação Infantil, com a carga horária apenas de 20 horas e EJA- Educação de Jovens e Adultos, com o total de 16 horas, divididas em observação e auxílio regência. Percebe-se que os estágios têm poucas horas ofertadas, precisando que seja revisado o PPC do curso para que haja o aumento da carga horária dos estágios na modalidade educação especial.

Analisando as ementas, foi possível verificar que os assuntos abordados em todas as IES, apenas na faculdade Ajes existe a disciplina de “Educação e Inclusão”. E mesmo assim não são suficientes para o professor ensinar alunos com NEEs, percebendo-se a escassez de conteúdos práticos e de trabalhos pedagógicos para educar os alunos com NEEs. Os graduandos dos cursos de pedagogia e demais licenciaturas, precisam estar próximos da realidade escolar, observando os avanços e as modificações neste ambiente, mas, algumas instituições de ensino não têm conseguido direcionar seus alunos para uma atuação pedagógica de qualidade, formando professores preparados e que saibam separar a teoria da prática, buscando sempre um acordo entre ambos (FOERSTE, 2005).

Na maioria das vezes, os professores em início de carreira, culpam as instituições de ensino superior, pois, sua formação não supriu suas necessidades básicas para instruir crianças com NEEs, sendo estes professores despreparados para atenderem as diversidades existentes em sala de aula (FOERSTE, 2005).

Percebe-se que o professor em início de carreira geralmente torna-se inseguro na frente do aluno com NEEs, evidenciando assim um insuficiente aprendizado em sua formação e a não aceitação deste aluno em sala de aula. Na opinião de Carvalho, “Aqueles que rejeitam alunos com NEEs em suas turmas defendem-se, afirmando que

em seus cursos de formação não foram suficientemente instrumentados e que não dão conta nem dos alunos ditos normais” (CARVALHO, 2010, p. 31).

Concorda-se com este fato porque acredita-se que o professor precisa, tanto em sua formação inicial quanto na continuada, ter a oportunidade de unir teoria e prática, garantindo uma melhor aprendizagem, o que não acontece, conforme pôde ser verificado por meio de análise das ementas da disciplina que seria a responsável por esse conhecimento: educação e inclusão.

Para que o professor possa fazer com que a inclusão aconteça em sala de aula, é necessário que haja um preparo eficiente, tanto nos cursos de graduação que formam professores, quanto dos próprios profissionais da educação, que aprendem estas técnicas de ensinar no cotidiano escolar que precisam enfrentar as dificuldades nas escolas com habilidades e competências que serão capazes de orientá-los.

Desse modo, as habilidades são capacidades que uma pessoa consegue conquistar ao realizar algum tipo de função, entretanto já as competências voltadas para o ambiente educacional consistem em fazer com que o professor esteja qualificado e que tenha domínio do conteúdo e com capacidade para liderar uma sala de aula, realizando com exatidão determinada tarefa, provocando em seus alunos conhecimentos a partir de situações desafiadoras (PERRENOUD, 2000).

Ao entrar no mercado de trabalho, o profissional de educação precisa adquirir competências necessárias para seu fazer docente, mas estas competências não são necessariamente aprendidas na formação inicial ou na continuada, como explicitado anteriormente, estas aptidões algumas são construídas no fazer docente, ou seja, na prática em sala de aula. A competência não é apenas resolver problemas da sala de aula, ou mesmo ter que apaziguar situações descontroladas dos alunos, as competências são mais que isso, é saber ensinar e aprender. Alguns exemplos de um professor competente:

- Se os professores deparam-se com um grande número de classes agitadas, apaziguá-las deve ser uma de suas competências.
- Se os alunos resistem, não se esforçam, mobilizá-los e suscitar neles o desejo de aprender deve ser outra competência.
- Se os alunos ausentam-se e vivem uma vida dupla (alunos na escola e adultos fora dela), esse fato deve ser levado em consideração e essa deve ser mais uma competência dos professores.

- Se sua relação com o saber e com o mundo impede que, espontaneamente, dêem sentido aos saberes e ao trabalho escolar, ajudá-los a construir esse sentido também deve ser competência dos professores.
- Se os programas estão a anos-luz dos alunos, adaptá-los e aliviar seu peso também deve ser competência dos professores (PERRENOUD, 2002, p. 18).

O perfil do professor competente, determina que ele precisa ser mais que um simples animador, que irá cativar o aluno na sua forma competente de expor o seu conteúdo. O docente precisa adquirir conhecimentos que farão com que o aluno aprenda a ler e a escrever, ou seja, ser alfabetizado e letrado, conhecendo a realidade e experiências dos alunos. Ser competente nas seleções dos conteúdos, nas organizações de situações de aprendizagem entre o estudante e o conhecimento, em que o aluno possa desenvolver as aptidões de comunicação e de trabalho em equipe, e entre outras características necessárias para sua aprendizagem. Afinal o professor precisará construir situações desafiadoras para que o aluno passe do senso comum para o conhecimento crítico (KUENZER, 1999).

De fato, a escola ainda tem receio de receber estudantes com NEEs, esta falta de conhecimento se dá pelo pouco aprendizado que os professores possuem, não sabendo lidar com a criança que não se enquadra no perfil dos outros alunos da classe. Muitas vezes as reclamações fazem com que a direção mude o aluno de sala, antes mesmo do professor conhece-lo, saber o potencial que a criança tem em aprender e as suas possibilidades de aprendizagem.

O professor para poder superar a necessidade que a graduação em sua formação inicial não forneceu, precisa repensar suas práticas, (re)significar sua metodologia e fazer uma formação continuada específica da área da educação especial que fará com que o profissional da educação esteja melhor preparado para lecionar em sala de aula (ARAÚJO, SILVA e MIGUEL, 2013).

É importante que o professor consiga ter o domínio da sala de aula, pois ele consegue controlar uma sala com muitos alunos diferentes, com modo de pensar e aprender próprio de cada indivíduo, no entanto, ele também conseguirá ensinar alunos inclusivos. É necessário que o professor consiga desenvolver no aluno com NEEs a autoconfiança e a independência, porque são qualidades ausentes do próprio estudante. Sendo preciso também que o professor desenvolva atividades de acordo com as necessidades do aluno e conforme seu grau de conhecimento, fazendo com que, assim, ele possa realizar as atividades com autonomia e da forma correta, permitindo que o

aluno tenha novas aprendizagens e que ele possa ter avanços significativos ao desenvolver as atividades (SILVA e ARRUDA, 2014).

Para que a inclusão possa se concretizar em sala, é necessário que o professor promova um ensino igual para todos, sem haver desigualdade, já que, no tocante a inclusão, o ensino não é apenas para os alunos com NEEs, mais sim, da escola em geral, onde a diversidade é evidente em toda a esfera educacional. É importante que através de um planejamento flexível, o professor pode adaptar suas atividades até mesmo para os alunos com NEEs.

Dentre as inúmeras mudanças que o professor irá precisar fazer em sua ressignificação, a criatividade é parte importante deste trabalho, pois o professor, sendo criativo, é possível criar possibilidades para que os próprios alunos se conheçam, pois a criatividade e o empenho faz com que o professor mostre aos alunos que cada um tem seu potencial, não sendo um melhor do outro. É necessário que o docente crie atividades que façam com que os estudantes possam demonstrar suas capacidades nos pequenos atos de organizar a sala, enfileirar as carteiras, tirar os brinquedos do chão, recolher as atividades dos outros colegas, decorar a sala, por exemplo, estas são tarefas fáceis que farão a diferença na educação do aluno com NEEs e dos demais (CARVALHO, 2010).

Figura 5: Atividades em sala de aula através da pintura



Fonte: <<https://asidbrasil.org.br/>>. Acesso em: 21 set. 2018.

Como mostra acima a figura 5, as atividades elaboradas pela professora, instigam o aluno com NEEs a querer aprender. De fato, o ensino diferenciado dos profissionais da educação faz despertar o interesse dos alunos em estudar mais e fazer seu melhor, independente das dificuldades em que irão enfrentar no decorrer das atividades.

O professor precisa acreditar na capacidade do seu aluno, buscar alternativas para que ele possa ter melhorias no ensino-aprendizado e que o pedagogo faça isso com amor para que motive a criança a ir em busca de seus objetivos, enfrentando obstáculos da melhor forma possível, sem desmotivar-se. Para Freire (1996), quando professor e aluno aprendem e conhecem novos métodos de aprendizagem juntos, isso não indica que não irão se defrontar com obstáculos, porém o professor e o aluno precisam enfrentá-los e só enfrentando-os irão conseguir saná-los ou criar novos métodos de aprendizagem.

Estas mudanças só serão possíveis quando o professor buscar conhecer o novo, o que fará todo o diferencial na sua construção de conhecimentos nos cursos de formação continuada, pois esta formação é uma necessidade fundamental para todo e qualquer profissional da área da educação, mesmo não sendo possível que o professor esteja preparado para ensinar crianças com NEEs.

O MEC salienta que a formação continuada é uma forma do professor buscar por novas práticas pedagógicas, como por exemplo, ensinar o aluno com NEEs, a busca dos recursos que serão utilizados para fazer a avaliação desse aluno a revisão da organização curricular, e o mais importante, o modo pelo qual o professor conseguirá fazer com que a aprendizagem aconteça, entre outros elementos importantes para se efetivar a inclusão. E para aprofundar sobre os estudos na área de educação especial é necessário que as secretarias de educação invistam na formação continuada dos professores, para que haja um aprimoramento sobre os estudos nesta área (BRASIL, MEC, SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2011).

De acordo com o Ministério da Educação – MEC, há a oferta de três cursos ou programas voltados para a formação continuada dos professores da educação básica e um deles é Educação Especial, mas estes cursos só são ofertados com a colaboração das instituições de Ensino Superior Públicas para serem colocados em prática. “[...] Formação Continuada de Professores na Educação Especial: oferta cursos de aperfeiçoamento ou especialização em educação especial, na modalidade a distância, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB) [...]” (BRASIL, MEC, 2012).

O MEC afirma também que a formação continuada da educação especial, visa: “Formar professores das redes públicas de ensino que atuam no atendimento educacional especializado, em salas de recursos multifuncionais, e professores do ensino regular para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas” (BRASIL, MEC, 2012).

No âmbito estadual, a formação continuada da Secretária de Estado de Educação – SEDUC/MT, em consonância com os Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica CEFAPRO – oferta a formação continuada de professores. Para a formação específica da área da educação especial podemos encontrar cursos em Cuiabá – MT, Rondonópolis – MT e em Paranatinga – MT. Estes programas de formação têm como objetivo atender ao anseio dos professores por causa do número elevado de alunos com NEEs entrando nas escolas regulares de ensino e as que já frequentam as escolas municipais, a formação tem sido pensada para que o professor possa ter como subsídio na sua atuação profissional e nas avaliações destes alunos (OLIVEIRA, 2018).

Pode-se observar que, estes cursos de formação de professores na educação especial são pouco ofertados no interior de Mato Grosso, sendo mais visível nos municípios a formação continuada na educação básica que engloba todas as disciplinas e forma de avaliação na sala de aula. No município de Juína – MT a formação de professores é realizada através do curso de capacitação CEFAPRO que tem como finalidade, desenvolver cursos de capacitação para profissionais em formação continuada.

Já nos programas de pós-graduação *Stricto Sensu*, que ofertam cursos voltados para a área de educação especial, em Cuiabá – MT, Sorriso – MT, Tangará da Serra – MT, Rondonópolis - MT e entre outras cidades. Os cursos de pós-graduação trazem como objetivo capacitar profissionais por meio de pós-graduação em educação especial para trabalhar com alunos que apresentam algum tipo de NEEs, em que o profissional da educação irá aprender a desenvolver diferentes metodologias e estratégias de ensino para ensinar seus alunos com NEEs.

Os cursos de pós-graduação são desenvolvidos por meio do ensino a distância por instituições de ensino superior credenciadas e devidamente reconhecidas pelo MEC, porém não encontramos o curso de pós-graduação na área da educação especial no município de Juína-MT, no entanto, quem tem interesse de cursar essa temática, optam por cursos a distâncias oferecidas por cidades vizinhas, ou pela capital do estado de Mato Grosso, Cuiabá.

Os estudos indicam que, embora haja um trabalho mútuo entre professores, escola, família e comunidade e que por ventura apresente resultados positivos, não é suficiente para que o professor não se sinta inseguro para ensinar alunos com determinadas NEEs, ou mesmo que ele se sinta preparado para lecionar para estes

estudantes. Esclarecendo: a formação inicial não supre as necessidades dos estudantes universitários em aprender a desenvolver atividades inclusivas, interagir com a criança com NEEs, ajudá-la a sanar suas dificuldades enfrentadas no decorrer do dia a dia, aceitar suas limitações e vê-las como possibilidades para o ensino-aprendizado destes alunos. Indicando também que a formação continuada de professores, sendo parte integrante da sua profissão, apresenta poucas oportunidades voltadas para a área de educação especial, principalmente em municípios localizados no interior de Mato Grosso, havendo mais necessidade da qualificação adequada desses profissionais da educação.

No que tange a insegurança do professor em ensinar alunos com NEEs, é necessário que a escola, estado e município, promova cursos complementares para estes profissionais e que a inclusão possa ser efetivada, a vivência em sala de aula também irá ajudar o professor a diminuir estas dificuldades em ensinar seu aluno, com os erros e os acertos, ambos poderão aprender juntos tendo autoconfiança, criatividade e competência para enfrentar os desafios.

O professor frente aos desafios de incluir um aluno em sala de aula, se sente inseguro, mostrando assim sua inexperiência profissional, já que em sua formação inicial aprendeu mais sobre a teoria e pouca prática voltada a educação especial de aluno com NEEs. No qual exige do professor que ele seja capaz de elaborar situações de aprendizagem em que inclua todos os alunos em seu planejamento (SILVA e ARRUDA, 2014).

Na prática, os professores sentem receio e medo de ensinar um aluno com NEEs, mas este despreparo afeta também o aluno com NEEs, fazendo com que ele não melhore seu aprendizado, não participe das atividades em sala, e não consiga interagir com os colegas de sala e muito menos com o professor.

O professor despreparado em sala de aula precisa repensar sua prática docente, buscando se aperfeiçoar, através de cursos voltado para a educação especial e a escola precisa criar capacitações para que o professor possa ter um apoio pedagógico necessário para diminuir as suas dificuldades ao ensinar um aluno com NEEs. O convívio com o aluno em sala de aula também auxilia nesse processo, pois o professor precisa buscar conhecer seu aluno e interagir com o estudante, pois o diálogo é imprescindível nesse processo, trazendo segurança por parte do professor.

Para se ter um eixo norteador dessas escolas é necessário analisarmos na próxima discussão, a importância do estágio supervisionado para aquisição de conhecimentos, sendo ele parte fundamental da graduação, quando o estudante do ensino superior poderá aplicar a teoria na prática de ensino, onde futuramente ele atuará como professor ensinando pessoas com NEEs.

### 3.1 ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTOS

Certamente, formar professores para construir uma escola inclusiva, que possa receber diversas culturas e pessoas no ambiente escolar, fará com que a formação docente tenha uma qualidade significativa, pois assim, o professor terá capacidade de ensinar e educar esses indivíduos, tendo como base o estágio supervisionado na graduação.

Ao enfatizar sobre a importância do estágio na graduação acrescenta-se que: “[...] O estágio, ao promover a presença do aluno estagiário no cotidiano da escola, abre espaço para a realidade e para a vida e o trabalho do professor na sociedade” (LIMA e PIMENTA, 2008, p. 67). Vivência esta que fará com que o licenciado, tenha uma visão do que exatamente ele quer seguir, ou seja, a carreira docente, identificando os mais diversos conflitos e superação nesta área de ensino.

O estágio supervisionado abre espaço para o estagiário de pedagogia, ter possibilidades de aprender sobre a realidade dos alunos, criar atividades e vivenciar com eles o cotidiano escolar, sendo esta fase importante tanto para o futuro profissional docente quanto para as crianças com NEEs na educação especial.

O estágio supervisionado no curso de licenciatura da Faculdade AJES do Vale do Juruena, traz em sua ementa para o estágio na educação infantil a carga horária de 08 horas para observação e 12 horas para o auxílio regência na modalidade educação especial.

A acadêmica autora deste trabalho de conclusão de curso, traz como foco neste subtópico seus relatos de experiências nos estágios supervisionados, voltado na área da educação especial na educação infantil do Pré II e na modalidade de Jovens e Adultos. Estes relatos têm como destaque as inseguranças, dificuldades e desafios enfrentados pela estagiária. O estágio supervisionado ocorreu no município de Juína Mato Grosso em uma creche e uma escola, na qual a estagiária colocou seus conhecimentos aprendidos do ensino superior em prática. Este relato tem o intuito de mostrar a

importância de se aliar prática a teoria para efetivar o aprendizado e minimizar a insegurança do professor frente ao aluno com NEEs.

Dessa forma, foi na educação infantil, as primeiras observações e auxílios da acadêmica de pedagogia. Na primeira observação, a professora regente relatou á estagiária sobre as dificuldades que o aluno com NEEs tem em aprender, por causa de suas limitações, pois o estudante tem dificuldade de enxergar, de falar, ele pronuncia poucas palavras, consta atraso no desenvolvimento neuropsicomotor e má formação encefálica congênita e comprometimento do globo ocular, comentou também sobre a interação harmoniosa que ele tem com a turma, a professora também enfatizou que a criança a cada dia aprende algo novo e ela faz questão de parabenizá-lo.

Na observação, a professora apresentou a estagiária a criança com NEEs, no começo das atividades a criança sentiu-se incomoda pela presença da estagiária na sala de aula, e a professora disse que era normal este comportamento. No início da aula, a professora entregou para a criança com NEEs, alguns brinquedos pedagógicos, entre eles, haviam peças de encaixe, a criança brincou em torno de meia hora. No momento das atividades, a professora distribuiu desenhos para serem contornados pelos alunos e para a criança com NEEs o desenho teve que ser pintado pois o aluno estava com dificuldade de contornar.

Após os exercícios, a professora colocou os alunos em círculo e contou a história da dona Baratinha, e a todo momento a professora chamava a atenção da criança com NEEs, pois ele não queria ficar sentado com os demais, no entanto, a professora não entrevistou, deixou que ele ficasse andando na sala. Às vezes, saía de dentro da sala e ia parar nas salas ao lado, tendo a professora que parar a leitura e ir buscá-lo.

Na segunda observação, o aluno mostrou mais interesse pela atividade desenvolvida, a professora entregou para os alunos desenhos sobre a bandeira do Brasil o aluno precisava colorir com as cores correspondentes e os demais alunos fizeram bolinhas de papel crepom para poderem colar. A professora regente argumentou que o aluno com NEEs não gosta de nada líquido, como cola e tinta guache, e as bolinhas de crepom ele não iria conseguir fazer.

Ao final das observações, a estagiária percebeu as dificuldades da professora em realizar as atividades para o aluno com NEEs, a falta de interesse do aluno em algumas atividades, e seus aprendizados em outras e também a escassez de atividades lúdicas para a turma por se tratar da educação infantil, já que, na maioria das vezes, aprendem

brincando. Os períodos de observações foram importantes para a acadêmica de pedagogia, pois proporcionou a ela novos conhecimentos, como a realidade da sala de aula, do aluno com NEEs e do Centro de Educação Infantil. Pôde conhecer o comportamento do aluno com NEEs e conhecer a metodologia utilizada pela professora em sala de aula.

Logo após as observações, a estagiária iniciou o auxílio regência, em que a professora a auxiliava na elaboração das atividades. No dia da regência compartilhada, os alunos estavam trabalhando sobre a semana da bandeira, e a estagiária teve que elaborar tarefas para o aluno com NEEs voltado para esta semana. O objetivo do dia foi trazer atividades que trabalhassem a coordenação motora, concentração e as cores. A atividade proposta foi um desenho com o lápis de cor, o aluno deveria percorrer o caminho até chegar na bandeira. De fato, a estagiária se sentiu insegura para realizar as atividades para o aluno, com anseio dele rejeitar a atividade elaborada ou não conseguir fazer.

Teve como metodologia atividades de recreação e planejou a aula do dia utilizando a ludicidade como ferramenta de ensino através de pecinhas de encaixe: verde, amarelo, branco e azul e aprender a cantar a música “amo o Brasil”, e fazer bolinhas de papel crepom. Ao colocar em prática a atividade, houve alguns desafios, a criança não se familiarizava com a estagiária, pois ele já tinha uma auxiliar que o acompanhava nas atividades em sala. No entanto, com a ajuda da auxiliar, ela conseguiu fazer com que o aluno fizesse as atividades.

Na realização da primeira tarefa, a estagiária se sentou no chão junto com o aluno com NEEs, montaram com as pecinhas de encaixe as cores correspondentes amarela com amarelo, verde com verde, encaixando as cores umas iguais as outras. No embalo da brincadeira, ela pode perceber que o aluno tem interesse em aprender brincando através do diálogo, então, a estagiária sempre o parabenizava pelos seus acertos, fazendo perguntas para que ele respondesse, a resposta dele era sempre balançando a cabeça ou sorrindo, quando não concordava abaixava a cabeça.

A estagiária havia planejado uma roda com todos os alunos para aprenderem a canção da música “amo meu Brasil”. No início, ela mostrou a coreografia para os alunos da sala em seguida eles cantaram e dançaram juntos, todos se divertiram com a música e aprenderam cantando sobre as cores da bandeira do Brasil. No caso do aluno com NEEs, a estagiária dançou junto com ele e cantou para que ele pudesse aprender a música. Após o recreio, com a sala agitada, ela resolveu fazer uma roda, em que os

alunos todos sentados fizessem bolinhas de papel crepom para serem coladas no desenho da bandeira do Brasil, planejado para o dia seguinte. A estagiária recortou os papéis e o aluno com NEEs fez as bolinhas de crepom, ao final, ela recolheu todas as bolinhas feitas e guardou dentro de uma caixa para serem utilizadas no dia seguinte.

Todas as atividades foram realizadas na data prevista, os objetivos foram alcançados, e ela ficou satisfeita com sua primeira regência atuando como pedagoga, enfrentando os desafios e buscando possibilidades para o ensino-aprendizagem do aluno com NEEs.

No segundo auxílio regência, recepcionou os alunos na porta da sala, em seguida, quando todos já estavam em suas carteiras, a estagiária retomou a atividade que havia ficado pendente na aula passada (bolinhas de papel crepom com as cores da bandeira do Brasil).

Nesse dia os alunos teriam que ensaiar a música soldadinho para apresentarem no dia sete de setembro no centro de eventos da cidade, o tempo de atividade teve que ser reduzido. A estagiária utilizou como metodologia nesse dia desenhos da bandeira do Brasil que seriam colado os crepons. Quando cada um estava em sua carteira, a estagiária explicou a atividade e em seguida eles começaram a fazer, caso tivessem dúvidas, eles perguntavam para a professora regente, enquanto isso, a estagiária realizava junto com o aluno com NEEs a atividade, o aluno pegava as bolinhas da caixa e ela passava cola no desenho e ele mesmo colava, o aluno com NEE não manuseou a cola para que ele não ingerisse, caso ela perdesse a atenção dele.

Esta foi a única atividade proposta, pois a professora regente alertou que quando tem este tipo de atividade eles demoram mais tempo para poderem realizar. Contudo, o objetivo proposto teve êxito, conseguindo passar o que havia proposto, e o aluno, realizando a tarefa mesmo com suas dificuldades.

Algumas considerações sobre a experiência na educação inclusiva: pela falta de inexperiência da estagiária em sala de aula na prática, os conteúdos escolhidos poderiam ter sido mais elaborados e voltados para a necessidade da criança com NEEs. Também a insegurança da estagiária fez com que ela não mostrasse sua criatividade em planejar as aulas e ao interagir com o aluno com NEEs e os demais.

Por meio do estágio I, ela aprendeu que é imprescindível a inclusão deste aluno tanto por parte da professora e da auxiliar de sala quanto por parte dos alunos e da estagiária. Ela percebeu também que o lúdico na educação infantil auxilia no ensino-

aprendizagem dos alunos, e que as elaborações das atividades precisam ser voltadas para as necessidades de cada aluno. Assim, com o convívio no estágio, a estagiária pode ter uma experiência de como é a atuação docente em sala de aula da educação infantil.

No estágio IV na aplicação de conhecimentos na Educação de Jovens e adultos – EJA, na educação especial, teve carga horário de auxílio regência de 08 horas e regência compartilhada de 08 horas com o total de 16 horas. No último estágio da graduação da acadêmica, ela teve que compartilhar seus conhecimentos com alunos jovens e adultos do 1° ao 5° ano do ensino fundamental. Na sala de aula havia 4 alunos que precisavam de acompanhamento de uma auxiliar de sala, mas estavam em processo de aprovação pelo secretaria da educação por falta de diagnóstico, enquanto isso, a professora ensinava a todos os alunos, desde a alfabetização até o 5° ano do ensino fundamental e para os alunos com NEEs a professora trazia atividades diferenciada dos demais.

No primeiro dia de estágio na educação especial a estagiária auxiliou a professora nas atividades em sala de aula. Neste dia, a disciplina era de matemática com o conteúdo de soma e subtração.

No primeiro exercício, os alunos tiveram que desenhar dentro de um quadro branco qualquer tipo de desenho que representasse a quantidade de número ao lado. No começo os alunos sentiram muitas dificuldades em fazer os desenhos a estagiária explicou a eles que poderiam desenhar o que eles quisessem, então, os alunos conseguiram desenhar apesar de a quantidade ultrapassar o número exigido pela atividade. A estagiária pediu para que eles se concentrassem também na quantidade de desenhos que eles estavam fazendo.

Na sala de aula havia um aluno surdo-mudo o qual necessitava do auxílio da estagiária para realizar as tarefas. Este contato foi um tanto desafiador, pois a estagiária não sabia se comunicar com ele, ficando insegura ao tentar explicar a atividade. A professora ao perceber a sua insegura resolveu explicar a ele sobre o que era a atividade e o que ele precisava fazer, após a explicação da professora, a estagiária auxiliou ele na contagem dos desenhos e sentindo dificuldade, pois ela não sabia muito se comunicar através dos números em libras, o que de fato ajudou ela a trabalhar com o aluno com NEE, foi dois cartazes de libras expostos na sala de aula: um de números e o outro de alfabeto. O recurso pedagógico utilizado para ajudar na subtração e adição foi o material dourado, mas ele preferia utilizar seus lápis de cor para a contagem, por ter um formato maior que o material dourado.

Ao fazer a correção das atividades, a professora pediu para que os alunos pintassem os desenhos que eles próprios produziram. A estagiária percebeu que a maioria havia feito coração, casinha, bola e flores. Após eles pintarem, houve a correção e em seguida, a professora pediu para que ela distribuísse outras atividades uma de caça palavras e outra de desenhos para pintar. Ao final das atividades, os alunos não haviam conseguido terminar as atividades, ficando para ser concluídas na próxima aula.

Nesse dia a estagiária foi desafiada a ensinar um aluno surdo-mudo, fazendo com que se sentisse insegura, logo após, percebeu que a disciplina de libras em sua graduação não foi suficiente para ensinar um aluno surdo-mudo na prática. E a atividade de caça palavras propostas pela professora, foi de difícil compreensão para os alunos, e muitos não queriam fazê-la pedindo para que a professora passasse outra atividade para eles, mas ela insistiu que eles fizessem e que iriam conseguir, pois eles precisavam apenas se concentrarem para conseguir concluir as atividades.

No dia seguinte de auxílio, a professora recepcionou seus 18 alunos em sala, de início, ela pediu para que eles escolhessem um livro de história para fazerem a leitura, ficando a escolha do aluno qual livro ler, em seguida, a professora pediu para que a estagiária tomasse a leitura dos alunos com NEEs apenas das vogais e das consoantes pois todos eles estavam na alfabetização e ainda não sabiam ler palavras. A estagiária, ao tomar a leitura deles, percebeu que eles também tinham dificuldade de reconhecer as vogais e as consoantes, então, pediu para que eles observassem acima do quadro branco onde havia exposto o alfabeto e fizessem a leitura dele até chegar a letra em que eles não lembravam, facilitando assim a leitura.

Após o momento da leitura, distribuiu as atividades do dia o caça-palavras que não haviam terminado e também tiveram que cortar retalhos de folhas em EVA para contornar o desenho do cachorrinho. O aluno surdo-mudo conseguiu encontrar as palavras facilmente pois ele já conseguia assimilar melhor as letras do que os demais. A professora pediu para que a estagiária entregasse para os alunos com NEEs desenhos com uma imagem de um cachorro para que eles pudessem, com o EVA, contornar o desenho. Após fazerem isso, pintaram por dentro da imagem. O objetivo desta atividade era trabalhar a coordenação motora dos alunos, a concentração e o raciocínio.

Essa atividade foi uma das mais fáceis pois eles recusavam a ajuda. No final da aula, a professora ressaltou que, com o auxílio da estagiária, eles conseguiram realizar com mais facilidade as atividades, a professora argumentou também que ela não

consegue sozinha tirar as dúvidas de todos os alunos por serem atividades diferentes e ela não consegue dar a devida atenção a todos.

A estagiária logo após iniciou, a regência compartilhada. Marcou um dia com a professora para planejar as atividades para serem passadas para os alunos na próxima aula. No dia da regência, devido a chuva, foram poucos alunos, tendo, no total, de 8 estudantes. Dos alunos com NEEs, apenas o aluno surdo-mudo compareceu à escola neste dia. Iniciou com a atividade de contornar o nome dele com papel crepom e em seguida ele precisava escrever no caderno seu nome completo.

Por ser um dia tranquilo, com poucos alunos, a explicação e a atenção dada foi mais eficaz, havendo assim, um melhor entendimento da atividade do dia. A estagiária sentou-se ao lado do aluno com NEEs e observava ele enquanto colava os papéis crepom, ela percebeu a atenção e o carinho que ele estava tendo com a atividade, sem precisar intervir em seu exercício. Logo após ao término, entregou a ele uma atividade de multiplicação, em que ele precisava multiplicar e ao lado colocar o resultado. A professora disponibilizou uma tabuada para ele, ajudando assim nas contagens. O aluno com NEEs teve muita dificuldade de achar o resultado na tabela, pois ele contava de traz pra frente, até que a estagiária de pedagogia explicou o jeito correto de resolver a multiplicação.

No final da aula, percebeu que o aluno teve um bom desenvolvimento nas atividades, compreendeu o que ela havia proposto e conseguiu terminar a atividade no mesmo dia. Sendo o último dia de estágio, analisou que a prática destinada para a educação especial era muito pouco tempo, pois de 120 horas de estágio no total, apenas 16 horas eram para a educação especial. Percebeu que há a necessidade de mais horas para esta modalidade, pois, na convivência com os alunos, ela poderia conseguir analisar quais eram as atividades corretas para cada um, quais eram as dificuldades deles e o que ela poderia fazer para sanar essas dificuldades.

Decerto percebe-se que o estágio supervisionado dá uma amostra de que de fato há insegurança por parte do professor. Além de mostrar que as ementas dos cursos de Ensino Superior, que afirma que o aluno conseguiria ir para a prática em sala de aula preparado e que as disciplinas ofertadas os auxiliariam para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com NEEs, de fato, não se realizam na prática. Essa experiência no estágio ajudará aos acadêmicos de pedagogia a refletir sobre a sua atuação e o que precisará melhorar quando for lecionar em sua própria sala de aula.

O estágio é o primeiro momento que o licenciado terá contato direto com os alunos, conhecendo a realidade deles e auxiliando, portanto, para o seu aprendizado pessoal e profissional, por meio do estágio o estudante de pedagogia, perceberá se a profissão é a que ele quer mesmo seguir na qual satisfaz suas necessidades e desejos individuais (MEDEIROS, SILVA e MELO, 2012).

Por fim, é importante enfatizar que a formação inicial e continuada é imprescindível para a formação profissional do professor, sendo necessário que ele procure sempre se atualizar devido a acelerada mudança da globalização, criando métodos educacionais inovadores, para que os alunos não tenham aulas rotineiras e cansativas, o professor da educação especial precisa estar seguro e ter confiança de sua competência, sem medo de cometer erros na docência e tornando portanto a inclusão como parte integrante do processo educativo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, foi possível verificar que a formação dos profissionais da educação é importante para sua atuação com alunos com NEEs, motivando a criatividade, a autoconfiança, competências e habilidades, preparando-o para o mercado de trabalho e para enfrentar os desafios que emanam de uma sociedade, afim de inseri-lo no contexto escolar, sem exclusão ou discriminação por parte de todos, e que o professor inclua este aluno nas atividades de classe, para que ele se sinta acolhido por todos dentro da sala de aula, facilitando assim, a melhoria no ensino-aprendizagem deste aluno com NEEs.

Nesse sentido, entendemos que apesar de esta monografia ter seus objetivos alcançados, existem muitas possibilidades de pesquisa na área da educação na perspectiva da inclusão do aluno com NEEs. Outras questões que emanam desta pesquisa ficam como provocações para estudos futuros, uma vez que “Educação e Inclusão” jamais será assunto esgotado, dada a sua importância como campo de pesquisa e relevância para a sociedade.

Outro aspecto muito importante que pode-se verificar é que os professores de formação inicial e continuada precisam estar sempre atualizados, e é imprescindível para os licenciados buscar se qualificar adequadamente através de estágios supervisionados oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior, as quais contribuem para sua formação profissional e pessoal pois estará colocando em prática suas habilidades e competências adquiridas, além de se qualificar em cursos de pós-graduação voltados para a área da educação especial, o que irá auxiliá-lo em sua docência ajudando assim a diminuir as dificuldades e inseguranças enfrentadas ao ensinar alunos com NEEs.

É possível perceber que o profissional da educação básica transpassa por determinados desafios no ambiente escolar, como escola inacessível para ministrar suas aulas, falta de recurso materiais e financeiros, baixos salários, despreparo para ensinar na educação especial e que dificulta seu desempenho profissional. Se este profissional não buscar pelo novo, ou seja, por mudanças, buscar novas metodologias de trabalho, ser criativo, inovador, e ter força de vontade, por certo não conseguirá obter um resultado positivo em seu trabalho.

Nesse sentido, nota-se a falta de preparo profissional dos acadêmicos em formação inicial e dos professores que já lecionam, que atualmente muitos se sentem

despreparados para ensinar alunos com NEEs, colocando a culpa nas instituições de ensino superior ou em sua formação continuada, o que está correto, pois pôde-se perceber que o professor da educação básica não está preparado para ensinar aluno com NEEs, sendo necessário que algumas Instituições Superiores façam a reformulação da grade curricular e das ementas do curso de pedagogia, buscando inserir mais disciplinas de didática, oferecendo atividades lúdicas e formas de trabalhar com alunos com NEEs e ofertando a carga horária maior nos estágios supervisionados na modalidade de educação especial para o aperfeiçoamento de seus aprendizados teóricos e práticos.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vandelson Lima. **A escola pública e o dilema da falta de acessibilidade: as barreiras arquitetônicas na Escola Centro Educacional Raimundo Pereira – CERP: as barreiras arquitetônicas na Escola Centro Educacional Raimundo Pereira – CERP.** 2014. 2459 f. - Curso de Medicina, Universidade Federal do Rio de Janeiro Faculdade de Medicina, Rio Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/5097/4885>>. Acesso em: 16 set. 2018.

AJES. Faculdade do Vale do Juruena. **Projeto do Curso de Licenciatura em Pedagogia.** 2009. Juína - Mato Grosso.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação inclusiva: v. 3: a escola / coordenação geral SEESP/MEC; organização – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação**

ARAÚJO, Natália Costa. **A presença do educado Pestalozzi na educação.** 2011. 81 f. - Curso de Pedagogia, Universidade de Brasília Faculdade de Educação, Brasília, 2011. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3194/1/2011\\_NataliaCostaAraujo.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3194/1/2011_NataliaCostaAraujo.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2018.

ARAÚJO, Rosalia de Aguiar; SILVA, Albina Pereira de Pinho; MIGUEL, Ely Alves. **ESPAÇO ESCOLAR: Arquétipos de Saberes e Kinesis da Prática na formação Continuada.** 1. ed. -Curitiba, PR: CRV, 2013.

ARTIOLI, Ana Lucia. **A educação do aluno com deficiência na classe comum: a visão do professor.** Psicol. educ. n. 23. São Paulo. dez. 2006. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752006000200006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752006000200006)>. Acesso em: 07 set. 2018.

BARBOSA, Monica Gomes de Sá. **OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL AO LONGO DA HISTÓRIA - DA SEGREGAÇÃO À INCLUSÃO –** Monografia apresentada no Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Ciências Humanas da UNIRIO. 2013. Macaé. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos-pdf/avancos-educacao-historia-segregacao-inclusao/avancos-educacao-historia-segregacaoinclusao.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BERETA, Mônica Silveira; VIANA, Patrícia Beatriz de Macedo. **OS BENEFÍCIOS DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES.** REVISTA PÓS-GRADUAÇÃO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS Cachoeirinha – RS. v.1, n. 1, jun/2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília – DF.

BRASIL. MEC. Educação especial. **Políticas e Resultados 1995 – 2002**. Brasília – DF. 2002. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/>>. Acesso em: 02 set. 2018.

BRASIL. MEC. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. MEC. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica** / Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

BRASIL. MEC. **Inclusão Revista da Educação Especial** / Secretaria de Educação. Brasília – DF, v. 6, n. 1 (jan/jun) –: Secretaria de Educação Especial, 2011.

BRASIL. MEC. **Inclusão: revista da educação especial** / Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Secretaria de Educação Especial. Brasília –DF, v. 4, n. 1, p. 1-61, jan./jun. 2008.

BRASIL. MEC. Ministério Da Educação Conselho Nacional De Educação Conselho Pleno. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. MEC. **Programas do MEC voltados à formação de professores**. Brasília. 2012. DF. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=15944> >. Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL.MEC. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, **Câmara aprova números máximos de alunos em sala de aula**. 2009. Agência Câmara. Brasília – DF. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/NAO-INFORMADO/139448-CAMARA-APROVA-NUMEROS-MAXIMOS-DE-ALUNOS-EM-SALA-DE-AULA.html>>. Acesso em: 07 set. 2018.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

CHIMENTÃO, Lilian Kemmer. **O significado da formação docente**. 2009. Universidade estadual de Londrina. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/conpef/conpef4/trabalhos/comunicacaooralartigo/artigo.comoral2.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2018.

DIEGUEZ, Flávio. **Professores, elo frágil da educação**. Estud. av. vol. 21 n. 60. São Paulo May/Aug. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142007000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000200008)>. Acesso em: 07 set. 2018.

FIGUEIRA, EMÍLIO. **O QUE É EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. São Paulo: editora e livraria brasiliense, 2011.

FOERSTE, Erineu. **Parceria na formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (coleção leitura).

GIUNTA, ELAINE. **CADERNO PEDAGÓGICO SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – PDE**. GUARAPUAVA, jan. 2008. p. 110. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1171-2.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2018.

HORN, Maria da G. S. **SABORES, CORES, SONS, AROMAS**. A organização dos espaços na educação infantil. - Dados Eletrônicos.- Porto alegre: Artmed, 2007.

KUENZER, Acacia Zeneida. **As políticas de formação: A constituição da identidade do professor sobrando**. In: Revista Educação & Sociedade n° 68, Campinas: Cedes, 1999, p. 174. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73301999000300009&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73301999000300009&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 20 set. 2018.

LANCILLOTTI, Samira S. P. **TRABALHO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MENTAL - AS EXPERIÊNCIAS MODELARES DE MONTESSORI E DESCOEUDRES**. IX Seminário Nacional De Estudos E Pesquisas “História, Sociedade E Educação No Brasil” Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07/2012 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos-. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminário/seminario9/PDFs/1.42.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminário/seminario9/PDFs/1.42.pdf)> Acesso em: 02 set. 2018.

LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. **O ESTÁGIO E DOCÊNCIA**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos).

LOPES, Jéssica Fernanda; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. **Escola Inclusiva: um estudo sobre a infraestrutura escolar e a interação entre os alunos com e sem deficiência**. Cadernos de Pesquisa em Educação - PPGE/UFES 91 Vitória, ES. a. 12, v. 19, n. 42, p. 91-105, jul./dez. 2015.

MAGALHÃES, Shamila Del Prete; ROCHA, Maíra Gomes de Souza da; PLETSCHE, Márcia Denise. **A aprendizagem de alunos com deficiência múltipla: contribuições da teoria histórico cultural por meio da pesquisa colaborativa**. Londrina de 05 a 07 nov de 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar).

MANZINI, Eduardo José; DELIBERATO, Débora. **Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico especial para educação. capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos para comunicação alternativa**. 2. ed. MEC, SEESP, 52 p. 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950**. Edt. Hucitec. 1998. São Paulo.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: história e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MEDEIROS, Ariana da Silva; SILVA, Gilmar Gomes da; MELO, Jacicleide Ferreira Targino da Cruz. **ESTÁGIO SUPERVISIONADO: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO INICIAL DO DOCENTE NO CURSO DE PEDAGOGIA**. Campina Grande, REALIZE Editora, 2012. Disponível em: <<http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/0bb4aec1710521c12ee76289d9440817.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2018.

MIRANDA, Arlete A. B. **HISTÓRIA, DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL**. Reflexões desenvolvidas na tese de (doutorado: A Prática Pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental), UNIMEP. 2003. FACED/Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <<http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wpcontent/uploads/2014/09/INCLUS%C3%83O-DEFICENCIA-E-EDUCA%C3%87%C3%83O-ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

OLIVEIRA, Oseias de. **Prefeitura e Secretaria de Educação realiza formação de professores com foco na educação de alunos com necessidades especiais.**

Paranatinga – MT. 2018. Disponível em:

<<https://www.paranatinga.mt.gov.br/Imprensa/Noticias/Prefeitura-e-secretaria-de-educacao-realiza-formacao-de-professores-com-foco-na-educacao-de-alunos-com-necessidades-especiais-46/>>. Acesso em: 24 set. 2018.

PEREIRA, Tatiane Marina dos Anjos; GALUCH, Maria Teresinha Bellanda. **O garoto selvagem: a importância das relações sociais e da educação no processo de desenvolvimento humano.** Perspectiva, Florianópolis, v. 30, n. 2 553- 571, maio/ago. 2012.

PERRENOUD, Philippe. **10 Novas Competências para Ensinar.** Philippe Perrenoud; trad. Patrícia Chittoni Ramos. – Porto Alegre: Artmed, 2000.

\_\_\_\_\_. **As competências para ensinar no século XXI: A formação dos professores e o desafio da avaliação.** Tradução Claudia Schilling e Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. **Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente** / Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues, Elisandra André Marante In: Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental / Vera Lúcia Messias Fialho Capellini (org.). – Bauru: MEC/FC/SEE, 2008.

SANTOS, Ana Cristina de Mendonça. **O projeto político pedagógico como instrumento de mudança organizacional: limites e possibilidades.** - Salvador, 2009. 219 f.: il.

SANTOS, Teresa Cristina Coelho dos. **Educação Inclusiva: práticas de professores frente à deficiência intelectual** / Teresa Cristina Coelho dos Santos. – Natal, RN, 2012.

SILVA, Ana Paula Mesquita da; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins.

**Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar.** Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 – 2014. Disponível em:

<[http://docs.uninove.br/artefac/publicacoes\\_pdf/educacao/v5\\_n1\\_2014/Ana\\_Paula.pdf](http://docs.uninove.br/artefac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Ana_Paula.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2018.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990.** 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2018.

UNICEF, FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **CENÁRIO DA EXCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL**. 2017. <<https://buscaativaescolar.org.br/downloads/guias-e-manuais/busca-ativa-escolar-v10-web.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2018.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção coletiva**. 2000. Projeto Político- Pedagógico da escola: Uma construção coletiva.

ZOLIN, Adriana de Cássia Rodrigues. **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR**. UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO. MEDIANEIRA. 2012. Disponível em: <<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/>>. Acesso em: 23 de set. 2018.